



*Assinatura*  
*deputado municipal*  
*(Assinatura)*  
*17 Nov.*  
*2015*

## APRECIÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016

A Comissão Permanente de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente reuniu dia 16 de novembro de 2015, com a presença do Dr. Hernâni Boaventura para apreciar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, tendo decidido o seguinte:

### CONSIDERAÇÕES:

Sistematicamente as GOPS e Orçamento chegam à Assembleia Municipal e são levadas às Comissões para análise, mas isso decorre num curto espaço de tempo, o que dificulta o trabalho dos deputados municipais;

Além disso um documento com esta dimensão necessita de uma abordagem mais pormenorizada que os deputados municipais da Comissão não estão em condições de realizar atempadamente por falta de meios;

As Grandes Opções do Plano são, na sua génese, um documento político da responsabilidade do executivo que é e/ou não elaborado em conjunto com todos os vereadores que compõe esse mesmo executivo, podendo ou não receber contributos dos partidos com estatuto de oposição;

Em princípio, só o mais alto responsável pelo executivo é que tem uma visão global do documento, atendendo que as reuniões prévias foram feitas parcelarmente;

O Orçamento associado às Grandes Opções do Plano decorre das opções políticas que foram tomadas e por esse facto não merecem qualquer reparo.

### CONCLUSÕES:

Certamente não se espera que uma comissão, que é composta por deputados municipais representantes de todos os partidos, consiga elaborar um parecer consensual relativo a este documento, e, em boa verdade, as comissões não dão nem estão habilitadas a dar pareceres, nem pensamos que seja isso o que se pede;

Não obstante esse impedimento, considera esta comissão que pode e deve ser feita uma análise ainda que sintética das GOPS e Orçamento.

Considerações de outra ordem decorrem da interpretação de cada partido e são da sua responsabilidade;

Sendo assim a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente reunida dia 16 de novembro de 2015, delibera:

**1 – Partido Socialista e Partido Social Democrata** dão parecer favorável ao documento em apreço, mesmo considerando que a análise foi superficial e o próprio documento contém em si mesmo algum grau de incerteza quanto à execução de alguns projetos, nomeadamente os que dependem de outras entidades;

**2 – Os representantes da bancada da Coligação Democrática Unitária** nesta Comissão, declaram que:

- a) Os documentos em apreço justificavam a presença do Sr. Presidente da CMO ou de um seu representante eleito, com o conhecimento global dos documentos, para assim poder responder às questões políticas. A presença do Sr. Diretor Dr. Hernâni Boaventura contribuiu apenas para a apresentação técnica do documento.
- b) Mesmo assim, consideramos que este orçamento é mais virtual do que real. Volta a incluir a verba para a instalação do Município, pese embora a explicação dada ter sido convincente;
- c) Este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016, são documentos de contenção que não contribuem para o desenvolvimento do concelho, isto é, estão muito baseados em propostas de valor não definido, resultantes de tantas outras candidaturas, nomeadamente, ao Programa 2020, das quais, muitas delas, de difícil aprovação;
- d) Este não é o Orçamento que gostaríamos de estar a apreciar;

**3 – O Bloco de Esquerda** considerando a complexidade da informação em análise, salienta três questões marginalizadas pelo executivo municipal nas opções para 2016:

- a) Na área da habitação social o investimento previsto é claramente insuficiente. Destacando-se a inexistência de qualquer referência ao bairro do Barruncho, na Póvoa de Santo Adrião.
- b) De realçar igualmente o baixíssimo investimento previsto para a Vertente Sul.
- c) A esmagadora maioria das obras cabimentadas para o próximo ano têm parte determinante do seu financiamento e, conseqüente, execução dependente das candidaturas apresentadas no âmbito dos apoios da estratégia 2020. Ou seja, a execução da maioria dos investimentos projetadas não depende do executivo municipal.
- d) Permanece o registo das indemnizações relativas à criação do município, apesar dos tribunais, em primeira instância já terem negado razão à Câmara Municipal de Odívelas. Esses quase 19 milhões de euros continuam, dessa forma, enviesar o orçamento municipal.

**4 – O Centro Democrático Social-Partido Popular mostrou as seguintes reservas:**

- a) O(s) prazo(s) estabelecidos para as obras estruturantes para o concelho, já apresentadas nas Grandes Opções do Plano para o ano em curso de 2015 e que subsistem no papel, sem que nenhuma delas se tenha iniciado e, agora, dependem quase exclusivamente dos subsídios comunitários consubstanciados, no Plano de Desenvolvimento Regional designado por “Estratégia Portugal 20-20”;
- b) O início das obras de remodelação e ampliação da Escola dos Castanheiros cuja primeira fase já devia ter-se iniciado no decurso deste ano;
- c) O início da requalificação da avenida D. Dinis, parte integrante do núcleo central da cidade de Odívetas e que implicaria a demolição do posto de abastecimento de combustível e a própria alteração do perfil da Rua dos Bombeiros Voluntários;
- d) A conservação e restauro do túmulo do Rei D. Dinis, no Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, em Odívetas, que devia estar já em fase de conclusão, trabalhos que ainda nem sequer se iniciaram;
- e) A opção política em manter a inscrição no Orçamento, da verba de 18,3 milhões de euros que a Câmara Municipal reclama da “Instalação de Odívetas a Concelho”, porque poderá condicionar o cumprimento da legislação relativamente às execuções orçamentais das autarquias locais e que prevê a obrigatoriedade de uma execução orçamental de 85%.

Odívetas, 16 de novembro de 2015



Coordenador da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente